



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A NECESSIDADE DA PESSOA SURDA NO ENSINO REGULAR

Helen Andrade de Oliveira

RECIFE - PE
2018

HELEN ANDRADE DE OLIVEIRA

A NECESSIDADE DA PESSOA SURDA NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Leane Cordeiro

RECIFE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

O48n Oliveira, Helen Andrade de.

A necessidade da pessoa surda no ensino regular / Helen Andrade de Oliveira,
Recife. – 2018.

45 f.: il.

Orientador: Leane Cordeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação Física,
Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências.

1. Surdos - Educação 2. Inclusão escolar 3. Educação e Estado 4.
Deficientes auditivos I. Cordeiro, Leane, orient. II. Título

CDD 613.7

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

HELEN ANDRADE DE OLIVEIRA

A NECESSIDADE DO SURDO NO ENSINO REGULAR

Trabalho de monografia apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Leane Pereira Cordeiro
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Valois Alves
Examinadora I

Prof.^a Dr.^a Ana Flavia Araujo Pinho
Examinador II

RECIFE

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir vivenciar tudo isso, agradeço.

Aos meus pais, Edson Ribeiro de Oliveira e Zoraide Pinto de Andrade, exemplos de força, amor e persistência.

A Mamãe Maria que hoje não se encontra mais entre nós, mas esperou por esse momento mais do que eu.

A minha irmã, Rebeca Andrade, cunhado, André Maxwell, sobrinhos, Pietra e Matheus, avó, Ceça, Tios, Zilda, Pedro, Zadia, Andrade, Débora, Zilmar, Ricardo, Anderson, Rozana, Ednéia, Adomiran, Adriana, Edna, Zilandia em especial pelas inúmeras vezes que contribui diretamente para a elaboração deste trabalho, ao meus primos Priscila, José Anderson, Beatriz, Lucas, Bárbara, Alessandro, Miguel, Bruna, Reinaldo, Pedro Anderson, Laura, Tarcila, Felipe, Igor, Jéssica, Benício Taysa, Rafael, Windy, Cassio, Perla, Júlia, Gabriela, Maico, Lorane, Fábio, Brenda, Stella, Caio, Bernardo, Bruno e Bianca pelo afeto e compreensão, por serem minha base, minha família.

A Lurdes e Nalva, mulheres estas, que muito cooperaram para a formação de quem sou hoje.

À Professora Leane Cordeiro, pela orientação nessa conclusão de uma longa e gratificante jornada e confiança em mim.

Aos Professores da graduação, Rosangela, M^a Helena, Sidney, Victor, Humberto, Tarcisio, Anita, Cecília, Andrea, Erika, Catarina, Dennis, Rachel, Joanna, Cristiane, Cahú, Natalia, Nayana, Socorro, Eduardo, Flávio, Ricardo, Marcos, pelos seus ensinamentos.

Ao professor Emmanuel Pontual por ser um professor incrível, por me inspirar a ser uma profissional melhor, por mostrar o que é ensinar e se dedicar aquilo que faz, por ser exemplo para mim, por ser quem é.

Aos alunos que tive, pois com eles aprendi tanto quanto ensinei.

Aos estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, com quem convivi durante essa jornada, mesmo não reconhecendo a maioria antes do 3º período.

As funcionárias do DEFIS, Elis, Bruna e Elisama pela atenção, ajuda, boa vontade e paciência para com a minha pessoa.

As melhores pessoas que a UFRPE podiam ter me dado, aos primos da minha outra família.

A melhor turma já formada no curso de licenciatura em educação física na UFRPE, em especial a Anna, Babi, Tchelo, Tef, Ynhago, por além de acreditarem em mim e se disporem a me ajudar, me permitiram compartilhar conhecimentos e alegrias.

A “minha pessoa”, Nayne Araujo, amiga para toda hora, que me suportou nos momentos mais chatos, que contribuiu tanto academicamente quanto pessoalmente, sempre esteve ao meu lado para me ouvir, aconselhar, reclamar, apoiar.

A amiga-irmã, Natalia Araujo, que em nenhum momento me deixou desistir e que nesse fim de jornada aturou meus surtos e me impulsionou.

Ao meu amigo Arthur Santana, pelo apoio e conselhos durante a formação.

Ao Antonio M. Lavareda e família, que indiretamente contribuiu para que seguisse em minha formação.

A Maria Elias e Débora Raphaela ao carinho e a paciência comigo, apesar de toda minha ausência para a conclusão dessa etapa nesses últimos meses.

A Ildson, Kialy e Daniela, que apesar de tudo, se fizeram presente desde as minhas mais antigas recordações, pela amizade.

A Juliana Santos pela amizade contribuição e incentivo com o meu trabalho.

Ao Célio Silva que sempre me proporcionou boas risadas.

Aos amigos em geral, que me apoiaram durante essa temporada, que foram compreensivos com a minha ausência, pelo carinho e amizade.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

As políticas educacionais defendem que todos os alunos com deficiência frequentem escolas regulares. Essas mesmas políticas oferecem atendimentos complementares para alunos com deficiência auditiva. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, analisou as necessidades do aluno surdo para a inserção no ensino regular tendo como foco as políticas inclusivas brasileiras. Realizou-se uma revisão bibliográfica, desenvolvida a partir do uso da análise documental e revisão de literatura. Com base nos resultados desta pesquisa pode-se revelar que, a escolarização da pessoa com deficiência auditiva vem se concretizando por meio dos ganhos da comunidade surda, embora tenha havido avanços nas abordagens educacionais, ainda é necessário reconsiderar a educação desse grupo de estudantes enquanto indivíduos com características particulares e para que isso aconteça medidas de melhorias devem ser adotadas independente do nível e da rede de ensino, a comunidade surda tem direito de aprender e desenvolver seu conhecimento, e para isso deve-se pensar uma readaptação estrutural.

Palavra chave: inclusão; deficiência auditiva; educação inclusiva; políticas públicas; ensino regular.

ABSTRACT

Educational policies advocate that all students with disabilities attend regular schools. These same policies offer complementary services for hearing impaired students. This research, of a qualitative nature, analyzed the needs of the deaf student for the insertion in the regular education focusing on the Brazilian inclusive policies. A bibliographic review was developed, based on the use of documentary analysis and literature review. Based on the results of this research, it can be shown that the schooling of the hearing impaired has been achieved through the gains of the deaf community, although there have been advances in educational approaches, it is still necessary to reconsider the education of this group of students as individuals with particular characteristics and for that to happen measures of improvements must be adopted independently of the level and the network of education, the deaf community has the right to learn and to develop its knowledge, and for this one must think a structural readaptation.

keyword: inclusion; hearing deficiency; inclusive education; public policy; regular education.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS DA SCIELO SOBRE DEFICIENTE AUDITIVO NO ENSINO REGULAR NO PERÍODO DE 2000 – 2015

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ACORDO COM O TEMPO ESTABELECIDO NO PERÍODO DE 2000- 2015

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA AUDITIVA | 11 |
| 2.1. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA | 11 |
| 2.1.1. CAUSAS | 12 |
| 2.2. HISTORICIDADE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA | 12 |
| 2.3. UM POUCO DA HISTORIA DA EDUCAÇÃO PARA A PESSOA SURDA | 14 |
| 2.4. DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO BRASIL | 17 |
| 2.4.1 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM ARTIGOS | 18 |
| 2.4.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM DISSERTAÇÕES | 19 |
| 2.4.3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM PERIODICOS | 20 |
| 2.4.4. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O PROBLEMA DE PESQUISA | 22 |
| 3. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA..... | 24 |
| 3.1. INCLUSÃO ESCOLAR..... | 24 |
| 3.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESTADO: UM RESGATE HISTORICO. | 27 |
| 3.3. MARCOS LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA EDUCAÇÃO PARA O ALUNO SURDO | 28 |
| 4. METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 32 |
| 4.1. CONCEITOS BÁSICOS..... | 32 |
| 4.2. DELIMITAÇÃO DO CAMPO | 33 |
| 4.3. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO | 33 |
| 4.4. PROCEDIMENTOS COLETA DE INFORMAÇÕES | 34 |
| 4.4.1. REVISÃO BIBLIOGRAFICA..... | 34 |
| 4.4.2. ANÁLISE DOCUMENTAL | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| REFERÊNCIAS: | 38 |

INTRODUÇÃO

Atualmente o tema de inclusão de pessoas com deficiência vem sendo vastamente debatido e no âmbito educacional não poderia ser diferente, em diferentes aspectos, como esses assuntos superam os perímetros educacionais acabam estimulando o interesse da sociedade como todo.

Levando em consideração o cenário acadêmico e o dia-a-dia, a autora deste escrito enquanto graduanda, no período de formação, teve acesso a experiências voltadas para o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, tanto no ambiente da educação básica quanto no ensino de modalidades específicas dos eixos da educação física, além de ter participado de debates e de encontros institucionais com regentes e professores de alunos com deficiência.

A administração governamental, de forma direta ou indiretamente com órgãos e instituições que tem como desígnio o acordo pela inclusão das pessoas com deficiência, tem como objetivo, a criação e implementação de ações para inclusão de pessoas com deficiência, com o compromisso de tornar as escolas e seu entorno acessíveis, de maneira que possibilite o acesso e participação efetiva do educando com os alunos com deficiência. Isso significa que as políticas públicas têm buscado garantir os direitos dos mesmos, baseados nos princípios da inclusão.

Na busca da garantia pela inclusão educacional para pessoas com deficiência, é necessário compreender a forma como a educação inclusiva é entendida e o que as políticas inclusivas educacionais oferecem para atendimento aos alunos com deficiência auditiva.

No decorrer do trabalho, foi possível perceber diversas diretrizes que defendem a inserção e “inclusão” de crianças com deficiência, no sistema de ensino regular, no entanto o instituído é mais que um vestígio de que as práticas inclusivas ainda não são predominantes. O desenvolvimento nesse contexto mobilizou a autora, inicialmente, identificar o que cogitava as leis e diretrizes que envolviam alunos com deficiência auditiva no ensino regular, na rede de ensino.

Diante desse ponto de vista, foi estabelecido como hipótese o cumprimento das políticas inclusivas educacionais no ensino regular, que agem de forma positiva para a realização do processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva, atendendo a necessidade específica desse grupo de pessoas. A formação dessa

suposição se deu por meio de estudos realizados nas normas legais que embasam o direito de educação para pessoas com deficiência.

A aproximação com a literatura sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência, mais adiante delineada, permitiu reconhecer a situação das discussões relacionadas a essa prática. Constatou-se por meio desses estudos que, embora haja um quantitativo relevante de pessoas com deficiência inseridas no âmbito educacional, ou seja, na escola de ensino regular, de modo geral, persiste a dificuldade em incluir a grande maioria. Entretanto, em consequência das políticas educacionais implementadas, é possível que as essas realidade possa ser/estar sendo alteradas.

É oportuno recordar, que até o ano de 2008 predominava a educação especial, ou seja, o trabalho especializado para pessoas com deficiência, em escolas regulares e/ou especiais, classes diferenciadas, sendo essa prática denominada por alguns autores como inclusão parcial, até que durante o governo do PT, foram implantadas políticas educacionais nas quais era recomendado que alunos da educação especial que se encontrava no período regular fossem inseridos na escola “tradicional”, sendo assim chamada de educação inclusiva, além dessa mudança e prováveis influências no modo de trabalho, teve a intenção de que o atendimento educacional especializado viesse a ser a complementação para o êxito na inclusão dos alunos com deficiência em geral na escola.

Determinada a intenção e feita demarcação do objeto de estudo – a concretização das políticas inclusivas, nas escolas brasileiras – apresento como questão para esta pesquisa: Quais as garantias de inclusão educacional para pessoas com deficiência auditiva no ensino regular de acordo com as normais brasileiras?

Para além do esclarecimento do tema central busca-se responder também às seguintes questões: De que modo a política de educação inclusiva foi estabelecida? Como se caracteriza a educação inclusiva? Qual a relação entre a política de educação inclusiva e a inclusão na escola? O que é necessário para que a pessoa deficiente auditiva esteja inclusa na escola de ensino regular?

De acordo com os questionamentos já feitos, constituiu-se como o objetivo geral desta pesquisa:

- Compreender quais as necessidades de adaptação no sistema de ensino regular de acordo com as políticas de inclusão educacional para as pessoas com deficiência auditiva.

Como objetivos específicos anseiam-se:

- Reconhecer as políticas inclusivas educacionais implementadas no sistema;
- Pesquisar os documentos que garantam a legitimidade da educação inclusiva para pessoas com deficiência auditiva na rede pública de ensino;
- Conhecer as teorias que sustentam a educação inclusiva na escola;

Compreendendo que a metodologia qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, p.520) se fará uso para o desenvolvimento do trabalho por acreditar ser a forma mais eficiente de alcançar os objetivos traçados anteriormente, de uma revisão bibliográfica para viabilizar tais objetivos.

Segundo Noronha e Ferreira (2000, p. 191) revisão bibliográfica é o estudo que analisa a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Em concordância com a literatura, a elaboração de uma revisão bibliográfica depende da exploração em diversas produções sobre o tema, na intenção de reconhecer manifestos que nos ajudem a compreender a realidade inserida.

O resultado de toda essa investigação busca contribuir para a efetividade das políticas públicas no âmbito da educação inclusiva com foco em pessoas com deficiência auditiva. Almeja-se também, que esse trabalho conceda dados relevantes para aqueles que a ele tenham acesso.

Tomando como fundamento o referencial teórico-metodológico aplicado, permitiu-se a construção do presente texto, que está constituído de: introdução, três

capítulos e considerações finais. O segmento introdutório faz a apresentação dos questionamentos, objetivos, escolhas metodológicas, escolhas teóricas e interesse que contribuíram com a elaboração da pesquisa.

O primeiro capítulo trata sobre a deficiência auditiva, apresentando o conceito, causas, um pouco da historicidade sobre a deficiência auditiva e da educação. O segundo capítulo apresenta o conceito, historicidade sobre a prática de inclusão escolar, com foco na educação para pessoas com deficiência no Brasil e alguns marcos legais. O terceiro capítulo aponta e conceitua a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, contextualiza a população com deficiência em geral, para mais a frente discutir sobre as políticas públicas direcionadas à educação para pessoas com deficiência auditiva com foco nas regentes públicas.

Concluindo o trabalho, as considerações finais, fazem uso de um resumo para expor as respostas encontradas para os questionamentos levantados no início do trabalho, desde avaliação da trajetória, avanços e limitações desenvolvidas no decorrer da pesquisa.

2. COMPREENENDO A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Este capítulo se dá pela necessidade de conceituação e embasamentos teóricos para a compreensão do que é a deficiência auditiva. Constituído por três pontos, relacionados nas pessoas com deficiência auditiva. O primeiro item tem como objetivo conceituar e classificar a deficiência, o segundo, o processo histórico da pessoa com deficiência auditiva, o terceiro, as iniciativas de atendimento e assistência à pessoa surda.

2.1. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva é a perda total, bilateral ou parcial da capacidade auditiva, ou seja, independente de como seja apresentada o grau de dificuldade da capacidade auditiva é usada à mesma nomenclatura, seja ela comprovada após o aferimento por meio de audiograma. O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 define:

“Deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte: a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve; b) de 41 a 55 db – surdez moderada; c) de 56 a 70 db – surdez acentuada; d) de 71 a 90 db – surdez severa; e) acima de 91 db – surdez profunda; e f) anacusia;”

De acordo com Almeida, a definição da deficiência tem divisão, a pessoa surda é aquela em que a audição é completamente prejudicada ao ponto de comprometer a captação sonora independente do uso ou não do aparelho, enquanto a pessoa com deficiência auditiva é aquela onde a audição está danificada ao ponto de afetar expressivamente a capacidade auditiva, porém não prejudica o entendimento da oralidade, ou seja, apresenta o caso da perda leve ou moderada da audição.

Entre as definições, ainda hoje é usado o termo “surdo-mudo”, entretanto como alguns outros utilizados para se referir a pessoas com deficiência auditiva é impróprio, visto que na maioria dos casos a pessoa surda não consegue falar não pelo fato de apresentar algum dano no sistema responsável pela oralidade, mas sim pela incapacidade auditiva.

2.1.1. CAUSAS

São extremamente variados os agentes causadores da deficiência auditiva, podendo ser tanto algo pré-natal, ou seja, ainda no ventre da mãe quando em qualquer outra fase da vida do indivíduo.

Os contribuintes para que isso aconteça ainda no útero da mãe além de causas naturais, pode ser desde o relacionamento entre duas pessoas da mesma família, incompatibilidade dos tipos sanguíneos dos progenitores, ao contato com drogas em geral (remédios, lícitas e ilícitas), consumo de álcool, podendo ocorrer desde a vigésima semana de gestação até o nascimento da criança.

Os colaboradores para que a deficiência auditiva surja durante o período perinatal pode ser o nascimento do bebe antes do tempo correto gestacional fazendo com que tenha um nascimento prematuro ou complicações que acarretem em problemas respiratórios durante o parto que por consequência afetam o sistema auditivo, fazendo com que haja a perda da audição.

As causas pós-natal podem ter origem por diversos motivos, algumas doenças como caxumba, sarampo e meningite, incidentes que acarretem em traumas no aparelho auditivo tais como a exposição frequente ao som em volume exagerado por longo período de tempo podem afetar a saúde e bom funcionamento dos ouvidos, fazendo com que haja o desencadeamento da deficiência.

2.2. HISTORICIDADE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

De acordo com Carvalho (2017, p.11), quando se trata da história da humanidade, a deficiência está presente desde o início. Há relatos sobre pessoas surdas desde os tempos bíblicos, ainda na idade antiga, em Roma os surdos eram considerados pessoas amaldiçoadas, os quais não eram dignas de terem continuidade em suas vidas, assim como nos territórios espartanos, onde a pessoa com deficiência auditiva sofria brutalidades, pois eram condenados a morte já que do ponto de vista daqueles povos a pessoa surda não traria nenhuma vantagem ao povo, não havia o que esperar de um ser deficiente, assim como na Grécia.

Entretanto nas terras pérsias e egípcias seus povos tinham a crença que quando se nascia surdo, era considerado um ser com prestígio, pois tinha sido escolhida e enviada por deuses para manter uma comunicação com eles. Ao contrário do que visto mesmo havendo respeito e consideração pela comunidade surda, mesmo com todos esses tributos a pessoa surda era invalidada e não incluída no âmbito educacional.

Na idade média, os surdos continuavam a ser considerados seres indignos, que devido a influência da igreja na época nas decisões do trato com o povo, a pessoa com deficiência não tinha permissão de comungarem na igreja, por ser considerada pessoa em pecado já que ela não conseguia se confessar. Dentre as restrições, havia leis que não permitiam o surdo a votar, receber herança, a casar com outro surdo a não ser que tivesse a benção papal, enfim, eram negados os seus direitos como cidadão.

Durante a era moderna se iniciou um reconhecimento em relação às capacidades da pessoa surda, pois percebia-se que não havia impedimentos no desenvolvimento da aprendizagem por meio da escrita. Nesse mesmo período, houve o surgimento da primeira escola para deficientes auditivos localizada em um monastério da Espanha.

A história do surdo no Brasil teve seu início com a vinda da família real portuguesa, ainda no período do Brasil Colonial, tendo em vista que a princesa Isabel, filha de Dom Pedro II tinha dado a luz a uma criança surda, onde foi convocado Hernest Huet, um professor francês, que tinha sido trazido para o Rio de Janeiro com a intenção da criação de um instituto voltado especificamente para pessoas surdas, naquela época ainda chamados de surdos-mudos.

Neste mesmo período de tempo, graças ao professor Hernest, que utilizava o alfabeto manual para se comunicar com as pessoas surdas brasileiras, iniciou-se a criação da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Diante destes fatos acreditava-se que a LIBRAS tinha origem francesa.

Por meados de 1876, Alexandre Graham Bell criou o telefone, com a intenção de construir um aparelho auditivo para que as pessoas surdas pudessem usufruir. Filho de uma mulher surda, casado também com uma pessoa que tinha a deficiência, foi considerado um opositor a pessoa surda, pois para ele os surdos eram um perigo para sociedade, tanto que não deveriam estudar em locais específicos para pessoas

com deficiência, para não correrem o risco de se conhecerem e se relacionassem entre si.

Com a realização do Congresso Internacional de Surdo-Mudez em Milão, no período de 6 a 11 de setembro de 1880, foi proibido o uso da língua de sinais no âmbito educacional da pessoa surda, pois segundo os estudiosos da área daquele período a pessoa surda devia ser tratada como alguém que sofria de uma doença e precisava ter seus ouvidos “curados” e não pessoas a serem educadas e ensinadas. Sendo assim, defendiam que as escolas de pessoas surdas fossem um ambiente para desenvolver a capacitação auditiva e a reabilitação de dicção.

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-Surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os Surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (SÁ, 2004, p.3)

Partindo dos anos 60, houve o ressurgimento da língua dos sinais e readaptação da comunidade surda depois de anos de repressão e imposições para com o surdo.

2.3. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA A PESSOA SURDA

Considerando que houve discriminação da pessoa surda desde o primórdio da civilização, elas foram sendo excluídas das diversas convenções sociais por não se enquadrarem aos modelos desejados, por não alcançarem as metas estabelecidas para o padrão dado como o “normal”.

De acordo com Strobel, K. (2009, p17) Os primeiros registros obtidos sobre a concepção de educação para pessoas surdas vêm da região greco-romana que desmereceu esse grupo de pessoas pela ausência de oralidade, inclusive desconsiderando a sua existência. Dando sequência na idade média que por influência das cidades europeias e sua concepção de educação houve um avanço no resto do mundo.

Considerando que uma das características dos monges era sustentar um voto de silêncio para manter a dedicação às escrituras sagradas, essa foi uma saída encontrada pelos deficientes auditivos para manter uma relação com a igreja. Com o passar do tempo o monges inventaram uma comunicação através de ações

gestuais para conseguirem manter diálogo. Sendo assim, a igreja católica viu nesse ato uma oportunidade de ganhar certa quantia de dinheiro em troca de recrutar monges para tutorear a prole dos senhores feudais.

Dando início ao trabalho como tutor, o espanhol Pedro León acompanhado de dois surdos residentes em um mosteiro criaram o primeiro alfabeto em sinais que se tem conhecimento na história, essa criação se deu para que fosse preenchida a lacuna que existia pela ausência da oralidade. Seu trabalho ganhou visibilidade em todo território europeu, sendo assim ele reconhecido como o primeiro professor de deficientes auditivos da história.

Pedro Ponce de Leon, monge e mestre, instituiu uma metodologia de educação onde fazia uso da escrita, do alfabeto manual e da oralidade, além de criar uma escola de formação de professores para pessoas surdas. A capacidade auditiva era considerada o sentido mais importante para o desenvolvimento e êxito na aprendizagem escolar segundo Aristóteles.

Segundo o médico Gerolamo Cardano, a deficiência auditiva não era razão suficiente para que evitasse instruir a pessoa surda, já que durante suas pesquisas ele descobriu que a escrita não era nada além que a transcrição da sonoridade das palavras. No século XVII um padre espanhol escreveu e publicou o primeiro exemplar explicativo com a língua dos sinais, que tinha como objetivo ensinar os mudos a falar. Mas no mesmo período, havia vários estudiosos da época que apesar terem o conhecimento sobre a língua manual defendiam que os surdos fossem oralizados.

Ainda de acordo com Strobel, na idade média, por intervenção da igreja devido a sua influência as pessoas com deficiência passaram a ter mais assistência, mas na maioria dos casos essa assistência vinha por meio de internações em instituições que serviam como casas de acolhimento (abrigo, refeitório, ambulatório e passa-tempo).

Havia um médico e professor suíço que abominava a língua dos sinais, por isso desenvolveu em seus pacientes a leitura labial, através de espelhos ou contato para que pudessem perceber as vibrações, semelhantes aos métodos usados nos tempos de hoje.

Charles M. l'Épée, foi um francês considerado o pai dos surdos, sendo ele o idealizador e criador da primeira instituição voltado à educação para as pessoas com deficiência auditiva. Após sua morte, em 1814, um cirurgião francês chamado Jean

M. Itard, juntamente com um psiquiatra chamado Philip Peniel, ficaram responsáveis pela gerência do instituto onde eles tinham como objetivo extinguir a surdez, sendo assim oportunizado a eles o acesso a informação. Jean enquanto medico cometia brutalidade com os surdos vinculados a instituição com a intenção de descobrir e entender a razão da existência da deficiência.

Apesar de trabalhar em uma instituição voltada para pessoas surdas, Jean Itard tinha aversão ao uso dos sinais, porém depois de realizar tantos estudos, pesquisas, em que não conseguiu encontrar nenhum resultado favorável as suas teorias, acabou reconhecendo a utilidade do uso dos sinais. Após um tempo, deu-se inicio a uma gestão, dessa vez liderada pelo Barão Gérando. O instituto passou por mais uma baixa, quando ficou decidida a demissão de todos os professores de surdos para que fossem realizados trabalhos voltados a oralização dos alunos, mas assim como na gestão anterior, com o passar do tempo e convívio com os outros professores, Gérando reconheceu a utilidade da língua de sinais e sua importância nas instruções voltadas a pessoas surdas.

Em 1864, foi construída a primeira faculdade para pessoas com deficiência auditiva, faculdade está que mantém seu funcionamento até os tempos atuais, em Washington – Estados Unidos da América.

Um fato de destaque ocorreu no congresso de Milão no ano 1880, onde havia a representação de 54 países, sendo esses representantes importantes pesquisadores e conhecedores da temática, entretanto entre eles apenas um dos colaboradores era deficiente auditivo e mesmo assim foi decidido através de votação que a melhor forma de instruir um surdo era por meio da oralidade, pois a fala era indiscutivelmente mais significativa a língua dos sinais, sendo assim era a forma mais eficaz.

Depois deste ocorrido, os estudantes surdos foram obrigados a abrir mão da língua manual, tendo que usar somente o formato verbal e quando fazia uso dos sinais eram repreendidos, tinham suas mãos atadas nas costas, dependendo do caso, até mesmo eram advertidos com o uso da palmatória. Essa interdição se perpetuou por cem anos e levou a educação do deficiente auditivo ao declínio; A pessoa surda se tornou um ser cada vez mais retraído ao ponto de ser considerada uma pessoa com retardo mental.

Chegando ao ano de 1970, a língua dos sinais passou a ser permitida e bem aceita, pois deu inicio a uma nova metodologia em que fazia o uso simultâneo da

língua de sinais e oral. Se tornando do ano 2000 em diante o método bilíngue o mais utilizado em todo o mundo.

2.4. DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO BRASIL

Com essa pesquisa, pode-se perceber que em determinados casos o anunciado não tinha relação com as informações apresentadas no texto. Durante a pesquisa, percebeu-se que há uma vasta produção sobre a educação especial; diversidade; inclusão da pessoa com deficiência na escola regular; formação do professor para o trato com a deficiência; ponto de vista da família ou professor que tenha contato com a deficiência; deficiência; Porém, especificamente da inclusão do aluno com deficiência auditiva na escola regular, não é tão vasto quanto às temáticas citadas acima.

Em relação à temática de inserção do aluno com deficiência na escola regular, foram identificadas pesquisas com o objetivo de ressaltar e analisar o ponto do aluno surdo; professor; familiares sobre a admissão do aluno na escola inclusiva. Na sequência, há a apresentação da produção com referência a sua fonte: Dissertação, Artigo e Periódicos.

A tabela 1 exibe os números de pesquisas consultadas enquanto a tabela 2 apresenta a distribuição de acordo com periodização estabelecida.

Tabela 1 – Produção científica do Brasil sobre deficiente auditivo no ensino regular no período de 2000 – 2015

| Fonte | Nº |
|--------------------|-----------|
| Artigo | 03 |
| Periódico | 05 |
| Dissertação | 01 |
| Total | 09 |

Fonte: SCIELO; Periódicos da Revista Brasileira de Educação Especial, 2018.

Tabela 2 – Distribuição de acordo com o tempo estabelecido no período de 2000- 2015

| ANO | FONTES | | | |
|--------------|---------------|--------------------|------------------|--------------|
| | Artigo | Dissertação | Periódico | Total |
| 2000 | - | - | - | - |
| 2001 | - | - | - | - |
| 2002 | - | - | - | - |
| 2003 | 01 | - | 01 | 02 |
| 2004 | - | - | - | - |
| 2005 | - | - | - | - |
| 2006 | 01 | - | 01 | 02 |
| 2007 | - | - | 01 | 01 |
| 2008 | - | - | - | - |
| 2009 | - | - | 01 | 01 |
| 2010 | - | - | - | - |
| 2011 | - | - | - | - |
| 2012 | - | 01 | - | 01 |
| 2013 | - | - | - | - |
| 2014 | 01 | - | 01 | 02 |
| 2015 | - | - | - | - |
| Total | 03 | 01 | 05 | 09 |

SCIELO; Periódicos da Revista Brasileira de Educação Especial, 2018.

2.4.1 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM ARTIGOS

Entre as produções de conhecimento que mais se aproximavam que foram consultadas a respeito da deficiência auditiva no ensino regular do ano de 2000 a 2015, contém três produções. Os autores destes trabalhos são: Silva e Pereira (2003), Lacerda (2006) e Silva, Silva e Silva (2014).

A pesquisa de Silva e Pereira (2003) tinha como objetivo analisar a perspectiva que o professor do ensino regular apresentava sobre o desenvolvimento de aprendizagem do aluno surdo na sala de aula. Através da realização de entrevistas com sete professores tutores de diferentes turmas do ensino

fundamental que continham aluno com deficiência auditiva na sala e observação das aulas ministradas por esses professores. A análise dos dados obtidos constam que apesar das declarações positivas dos professores, havia uma visão limitada por parte deles para com os alunos com deficiência auditiva, sem grandes expectativas com o desenvolvimento de aprendizagem.

O artigo de Lacerda (2006) tem foco na vivência da inclusão do estudante com deficiência auditiva no ensino regular por parte dos relatos de experiências adquiridos dos alunos, professores e interpretes, através da análise de suas entrevistas. Este trabalho apresenta em seus resultados dificuldades Em relação ao trato com a deficiência, procedimentos e planejamentos para que haja o atendimento na necessidade específica do aluno surdo. Seus resultados colaboram com os pensamentos sobre a inclusão escolar do aluno com deficiência auditiva.

A pesquisa de Silva, Silva e Silva (2014) é um relato sobre uma entrevista desenvolvida com seis alunos do ensino médio da rede pública de ensino com o objetivo de identificar a metodologia adotadas pelos professores e compreender o ponto de vista dos surdos em relação ao desenvolvimento escolar, considerando o trato da deficiência. De acordo com a conclusão, as autoras apontam que há a centralização por meio do uso da Libras para o desenvolvimento do aluno surdo além da necessidade de criação de políticas educacionais viabilizadoras de escolas inclusivas para pessoas com a deficiência auditiva.

Os trabalhos acima citados com temáticas sobre a pessoa com deficiência auditiva no ensino regular ou que tenha aproximação com essa abordagem, foram desenvolvidas na região Sul, região Sudeste e região Centro-Oeste do país, no período já informado. Não sendo localizadas pesquisas nas demais regiões brasileiras. E em relação aos níveis de ensino, duas foram realizadas no ensino fundamental e uma no ensino médio.

Como já evidenciado, apesar de serem os artigos que mais se aproximavam da temática as pesquisas tinham foco no ponto de vista de um determinado indivíduo em relação à inclusão da pessoa surda no ensino regular.

2.4.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM DISSERTAÇÕES

Apesar de inúmeros debates sobre inclusão em geral, de diversas pesquisas sobre a temática, foi encontrada na base de dados da SCIELO apenas uma

dissertação que tinha certa aproximação com a temática escolhida que foi: Eyng (2012), desenvolvida em uma escola da rede municipal do ensino regular da região sul do país.

Eyng tinha como objetivo evidenciar a inclusão escolar de pessoas com deficiência auditiva no ensino regular, Considerando o ponto de vista de todos os envolvidos nessa prática (aluno, professor, família e interprete) e sugerir melhorias no desenvolvimento que envolva a aprendizagem do aluno surdo. Propondo o entendimento acerca da linguística adotada pela comunidade surda.

Através da utilização de questionários aplicados, o autor buscou compreender o processo de inclusão escolar. Obteve-se como resultado a contradição entre as práticas e as teorias desenvolvidas relacionadas à inclusão escolar do aluno surdo no ensino regular.

Os sujeitos da pesquisa relatam a efetividade da inclusão escolar, entretanto sinalizam algumas falhas durante o processo de inclusão, pontuando sugestões de melhorias sobre formação dos professores, metodologia diferenciada, avaliação apropriada sobre absorção do conhecimento e atendimento especializado.

Tendo como resultado o reconhecimento do valor da contribuição de todos os envolvidos, no desenvolvimento do aluno e alterações necessárias na escola para a efetividade completa da educação inclusiva no ensino regular, distribuindo para cada um, uma certa responsabilidade ao longo do processo.

2.4.3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR EM PERIODICOS

Continuando com a mesma perspectiva, entre pesquisas das produções de conhecimento que mais se aproximavam que foram consultadas a respeito da deficiência auditiva no ensino regular do ano de 2000 a 2015, contém cinco produções. Os autores destes trabalhos são: Silva e Pereira (2003), Guarinello, Berberian, Massi, Santana e Paula (2006), Lacerda (2007), Cruz e Dias (2009) e Mallmann, Conto, Bagarollo e França (2014).

Silva e Pereira (2003) tinham como objetivo compreender o ponto de vista do professor acerca do aluno surdo incluso na escola de ensino regular, bem como as interferências em sua prática docente. Realizado por meio de entrevista e observação de sete diferentes professores que tinham alunos com deficiência

auditiva em sua sala de aula. Obteve-se como resultado a evidência de que a dificuldade de comunicação com o aluno surdo faz com que haja a generalização na imagem da criança como um aluno “problema”, de pouco rendimento e desinteressado por meio do professor, fazendo com que se reflita na sua prática de ensino.

A pesquisa de autoria de Guarinello, Berberian, Massi, Santana e Paula (2006) tinha como proposta criar um discurso sobre as dificuldades relacionadas à inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, diante do olhar de trinta e seis professores. Através da análise dos resultados, foi constatado e reconhecido por meio dos professores a carência do conhecimento com relação à deficiência auditiva e a língua dos sinais, fazendo com que houvesse a dificuldade de interação com o aluno surdo. É válido ressaltar que em nenhum momento os professores alegaram como dificuldade o desenvolvimento de aprendizagem do aluno surdo.

A produção de Lacerda (2007) traz um pouco da historicidade da deficiência auditiva e, sua inserção no âmbito educacional e providências tomadas para que isso acontecesse e relatos de experiência. Por meio de entrevista realizada com alunos ouvintes e surdo após a chegada de outro aluno surdo e sua interprete. Como resultado conquistado em uma visão geral é dado como positivo a inserção do interprete na sala de aula, porém há a lamentação por meio dos alunos ouvintes pela não dominação da língua de sinais e falta de conhecimento pela deficiência em si enquanto por parte do aluno surdo não houve alteração na sua relação com os ouvintes.

Cruz e Diaz (2009) tinham como intenção conhecer as condições da comunidade surda no ensino superior. Realizada com surdos de locais distintos devido à carência local, por meio de vinte e uma entrevistas presenciais e virtuais. Fazendo uso da visão sócioantropológica, pode-se constatar a existência de empecilhos, desistências e não aceitação. Percebem que a organização institucional é enquadrada nas características dos alunos ouvintes. Chegando a conclusão que há a capacidade da pessoa com deficiência auditiva chegar no ensino superior, o que falta é adaptação institucional para que seja possível recebe-los.

Mallmann, Conto, Bagarollo e França (2014) tinham como objetivo pesquisar as práticas pedagógicas em diferentes níveis de ensino devido a existência de alunos com deficiência auditiva inserido dentro da sala de aula. Devido a entrevista realizada com o grupo docente onde estes alunos com deficiência estão implantados

pode-se concluir que há a integração do aluno no corpo discente, porém quando analisado as condições de dificuldades em relação a aprendizagem e comunicação com os mesmos impedem que sejam considerados praticas inclusivas.

Os trabalhos foram desenvolvidos na região Sul e Sudeste em diferentes níveis de ensino, três foram realizadas no ensino fundamental, duas no ensino médio, uma no ensino superior e uma no ensino profissional.

Como evidenciado, as pesquisaram tinham foco no ponto de vista do individuo a temática de inclusão da pessoa surda; ensino regular e a deficiência auditiva, tendo a maioria sido realizada na rede publica.

2.4.4. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exame dos trabalhos relacionado à deficiência auditiva no ensino regular, foi possível verificar de um modo geral que há alunos com deficiência auditiva na escola de ensino regular, contudo as pesquisas afirmam a existência de obstáculos durante o processo enfrentado por parte do professor na execução da prática docente inclusiva.

A temática escolhida caminha para além do âmbito educacional, caminha também na área da sociologia e psicologia, fazendo da temática em questão multidisciplinar. O modo de trato dos estudos foi variado, entretanto, as pesquisas fizeram uso em sua maioria de questionário e entrevista.

Levando em consideração a temática e modo adotado pelos autores, em grande parte os documentos tratam de relatos de experiência por parte de uns dos indivíduos envolvidos na sala de aula, fazendo com que um caráter de pesquisa qualitativa se fizesse presente em todos os documentos.

Como esperado, as experiências das vivencias e desenvolvimentos ocorridos dentro da sala de aula foi o que ganhou maior destaque na pesquisas. Os sujeitos pesquisados, em sua maioria são os estudantes com deficiência auditiva e seus professores. Intérpretes, funcionários da escola, gestão e familiares não foram citados com frequência.

Dos trabalhos sobre o deficiente auditivo no ensino regular, a grande maioria disserta sobre os aspectos de inclusão escolar no olhar de um individuo. Em

paralelo, algumas discussões acerca das políticas públicas ou carência de informação.

Dando sequencia, com o objetivo de contribuir com o debate sobre o aluno surdo na sala de aula regular, busca-se com essa pesquisa desenvolver um estudo sobre as normas políticas de inclusão para pessoas com deficiência, especificamente a auditiva no ambiente educacional, com a intenção de compreender as necessidades do aluno com a deficiência, articuladas com as diretrizes políticas brasileiras.

3. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Este capítulo se dá pela necessidade de conceituação e embasamentos teóricos para a compreensão dos resultados. Constituído por pontos, relacionados à inclusão, com foco na educação para pessoas com deficiência, o primeiro item tem como objetivo conceituar e explicar a inclusão escolar, o segundo, fala sobre a educação inclusiva e o Estado: um resgate histórico, para mais a frente discutir sobre as políticas públicas direcionadas à educação para pessoas com deficiência auditiva com foco nas regências públicas.

3.1. INCLUSÃO ESCOLAR

A discussão sobre inclusão, atualmente presente em todos os setores sociais, traz em seu bojo a denúncia e o repúdio a essa sociedade excludente, colocando em questão um juízo moral abstrato que, com base em padrões ideologicamente estabelecidos, define que um é melhor que o outro pelo simples fato de terem constituições diferentes. E a partir desses critérios, do julgamento moral e da necessidade social num determinado contexto histórico-cultural, que são geradas as categorias de desvios, minorias que são naturalmente excluídas da convivência social (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

De acordo com Albuquerque, E. (2014) o termo inclusão é de caráter multifacetado, tendo mais de um significado, relacionado com a educação pode ser interpretado como a necessidade da educação especial para pessoas com deficiência ou categorizado com necessidades educacionais especiais; escola para todos os grupamentos propícios à exclusão.

Segundo Ainscow (2009) a inclusão é a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que não estavam sendo contemplados, compreendendo a inclusão como um processo com diferentes níveis sendo eles, *presença, participação e aquisição de conhecimento*.

A *presença* se refere ao fato da pessoa com deficiência estar inserida no ambiente escolar, estar introduzido no âmbito educacional juntamente com outros indivíduos, porém, não é suficiente apenas o aluno com deficiência estar na instituição de ensino, o que leva ao segundo nível denominado por Ainscow (2009) como *participação*, pois o fato da pessoa com deficiência estar inserido na escola não necessariamente significa que ele faz parte do meio, ou seja, é preciso dar

assistência para que o aluno interaja e participe das atividades oferecidas pela escola.

Como ultima fase esta a *aquisição de conhecimento*, pois para além de presença e participação, inclusão significa desenvolvimento, isso quer dizer que tão importante quanto estar no âmbito educacional e se sentir parte dele, é absorver informações que este meio lhe oferece. Em resumo, de acordo com Ainscow (2009) inclusão educacional é se fazer presente na escola de forma participativa e que traga avanços no seu desenvolvimento de potencialidade.

No ano de 1990 e 2000 foram realizados congressos voltados para a inclusão, onde o pensamento de educação para todos se potencializou. Esse ideal esteve muito presente nas falas ocorridas no evento, fazendo com que os olhares se voltassem para a temática, gerando debates e construções de pensamentos que buscavam garantir com mais excelência o direito à educação para todos, buscando alcançar até os países menos favorecidos financeiramente.

Dando sequência a esse objetivo, começou-se a investigar as condições das instituições que tinham capacidade para colaborar na educação de todos. Apesar da importância da Declaração de Jomtien realizada na Tailândia no período de 5 a 9 de março de 1990 e Declaração de Dakar no Senegal de 26 a 28 de abril de 2000, a Declaração de Salamanca que ocorreu na Espanha dos dias 7 a 10 de junho de 1994, apresentava um proposta mais bem fundamentada, no sentido da inclusão.

“As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” (Art. 3 p.5 da Declaração de Jomtien – 1990)

Em concordância:

“Encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais” (Art. 3 p.5 da Declaração de Salamanca – 1994)

Em geral, as declarações afirmavam que os alunos com necessidades específicas, fossem incluídos nas normas gerais de educação, ou seja, que se rompesse a divisão entre o “regular” e o “especial”, o que queria dizer que a partir dali as portas das escolas deveriam estar abertas para receber o aluno independente de sua deficiência, fazendo com que houvesse uma transformação da

instituição em agradáveis locais de ensino-aprendizagem para todos, mesmo que para isso fosse necessário a alteração do sistema educacional do país.

Há quem acredite que o conceito de inclusão não tenha sido bem compreendido. De acordo com Mel Ainscow (2009) o pensamento formado na época sugeria que inserções de pessoas com deficiência na escola contemplavam mais o conceito de integração que de fato o de inclusão.

Dando continuidade em seu pensamento, o autor destaca a manipulação dos conceitos presente nas declarações devido às interferências e interesse de quem a transcreve, pelo fato dos documentos conterem um conteúdo ambíguo em relação do conceito de inclusão escolar e das necessidades das pessoas com deficiência. No Brasil, durante a exposição da versão impressa da Declaração de Salamanca disponibilizada pela Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência o termo “integradora” recebia o mesmo significado que o “inclusiva”, assim como a Declaração de Jomtien ficou com sua interpretação limitada à educação especial.

Mittler (2003) afirma, “a inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidade de escolha e autodeterminação.”, que tem haver com o fato de ser necessária a alteração do sistema de uma forma geral, não práticas específicas para cada grupo e suas necessidades, mas sim atos que atendam a todos independente de raça, origem, gênero e classe social.

“[...] a convivência entre o deficiente e o não deficiente, com ênfase no ato de aprenderem juntos, fazendo crer que o simples fato de estarem juntos é necessariamente bom para todos.” (Omote, 2004, p. 7)

Porém, existem determinados casos onde as necessidades de atendimento do aluno são tão individuais e específicas que não são viáveis a inserção do aluno no meio “regular”, isso não quer dizer que o conceito de inclusão não esta sendo contemplado, é um equívoco conceituar inclusão de forma tão absoluta, em relação a situações como essa, inclusão não tem haver apenas com socializar, mas de atender a necessidade do individuo, fazendo com que a escola busque proporcionar opções de atendimento fora do ensino regular.

3.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESTADO: UM RESGATE HISTÓRICO.

Como citado no capítulo anterior, o atendimento à pessoa com deficiência no Brasil teve início ainda no período do Brasil Colônia. Houve o surgimento de instituições destinadas à deficiência específica espalhadas no território nacional.

No período do novo estado, de 1937 a 1945, não houve avanços significativos referente a educação de pessoas com deficiência. Na metade do século XX, no ano de 1951 a 1954, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas se criou um alarde sobre o crescimento do ensino emendativo (do latim emendare, que significa tirar defeito), porém não passou apenas de alarde, o governo não conseguiu cumprir com seus objetivos.

No final dos anos de 1950 para o início dos anos de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek houve a ampliação da assistência à pessoa cega e surda, que buscava atender questões sociais, inclusive as demandas de alfabetização.

O Governo Federal na década de 1970 deu início a procedimentos de centralização nas questões administrativas que buscavam garantir os direitos às pessoas com deficiência, centralização essa que se deu por meio da gestão do governo no período da ditadura militar, que ocorreu não exclusivamente na educação inclusiva ou especial, mas todas as categorias.

Foi criada no ano de 1973 a primeira instituição pública federal para gerenciar as políticas públicas educacionais especiais, o Centro Nacional de Educação Especial que continha a desígnio de proporcionar em todo o país a ampliação e melhoria da assistência aos excepcionais.

No governo de Itamar Franco, 1992, a educação especial passou a ser regido pela Secretaria de Educação Básica que se tornou responsável pela parte técnica e financeira. Enquanto no período de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1999, pelo Ministério da Justiça foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência com a intenção de monitorar o desenvolvimento dos programas e projetos públicos responsáveis pelas políticas para a integração de pessoa com deficiência.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1999, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência sofreu uma alteração, saindo do Ministério da Justiça e passando a ser responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Houve também a admissão da atual Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fundação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica como também Parâmetros Curriculares.

No decorrer do mandato do presidente Lula, a educação especial se expandiu, contribuindo com o crescimento dos fundamentos inclusivos políticos. Comparados com os períodos anteriores, durante o governo do PT foi onde houve a maior ressaltar no foco da escola inclusiva, pela valorização das diversidades. Ainda no governo do PT, mas com a alteração do representante, passando a ser Dilma Rousseff, destacam-se as modificações governamentais, tendo como foco fundamental agregar o desenvolvimento da inclusão no sistema de ensino.

Apesar de todos os avanços consideráveis que ocorram na educação especial, a evolução legislativa, avanços em pesquisas, contribuições sociais pela luta de inclusão, contradições são encontradas desde as diretrizes ditadas pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, pois há uma contradição diante das políticas públicas e práticas diante da sociedade em si, da não existência de um consenso sobre as políticas de inclusão, a esquivar de discursões sobre as especificidades no trato da educação para todos, sem tratar o todo de uma forma geral e superficialmente. Além de que na, maior parte dos casos, a educação é debatida e decidida entre membros do governo, pessoas externas ao ambiente escolar, enquanto as contribuições dos inseridos ao meio nem sequer são levadas em consideração.

Reafirmando a distribuição de conceito e normais de inclusão segregadas perante território ou departamento governamental, Mendes (2006) afirma que “ao analisarmos a política de inclusão escolar como política pública setorizada, no campo da educação, podemos encontrar evidências suficientes para prever seu fracasso.”.

3.3. MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA EDUCAÇÃO PARA O ALUNO SURDO

Esse capítulo tem como objetivo evidenciar as iniciativas tomadas pelo Governo e pelo Estado com a intenção de garantir a inclusão de pessoas surdas no ensino regular, oportunizando a eles a socialização e uma educação adequada e de qualidade para suas características. Na busca de fazer valer o direito à educação

para pessoas com deficiência, o governo elaborou algumas normas que garantem a sua acessibilidade e permanência no âmbito escolar.

A origem da educação inclusiva proporciona uma filosofia que necessita de uma organização sistemática escolar que ofereça a cada estudante o direito de ingressar e permanecer no âmbito educacional regular, independente das diversidades. Sendo assim, busca-se que todas as escolas reconheçam as particularidades dos estudantes e atendam significativamente as necessidades educacionais específicas de acordo com sua capacidade ou dificuldade de aprendizagem.

Os princípios que embasam a educação inclusiva tem fundamentação nos direitos humanos que foram confirmados no primeiro artigo da Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, que em resumo apresenta uma proposta de “promover, proteger e assegurar” que todos os direitos sejam cumpridos respeitando suas condições.

Buscando cumprir essa proposta, o capítulo III da constituição federal de 1988, intitulado de “Da educação, da cultura e do Desporto” a primeira seção é destinada a educação onde se encontra o artigo 205. que garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”, mas a frente o artigo 208, parágrafo III afirma que “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”.

Ou seja, a pessoa com deficiência tem direito e o dever de estar na escola, seja ela privada ou pública, preferencialmente em salas de aula no modelo inclusivo, que a permitam a socialização e condições dignas de aprendizagem, sem a negação de sua diferença, mas sim onde sua necessidade específica seja atendida simultaneamente com a necessidade de todo a turma.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: [...] 2. c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; [...] 3. b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda; c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. (BRASIL, 2009)

Ainda de acordo com a Constituição Federal, o Estado na intenção de contribuir para o cumprimento desses direitos, se dispõe a contratar professores, com ou sem a deficiência, habilitados a ensinar libras ou capacitar os profissionais já atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação busca fazer com o que o professor compreenda a deficiência que estar tendo contato, criar meios apropriados de dialogo e o desenvolvimento de matérias e técnicas pedagógicas de apoio a pessoas com deficiência auditiva.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005)

Nesse mesmo decreto, foi também publicado, que

[...] dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular, a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de LIBRAS, o ensino da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino. (BRASIL, 2005)

Tendo o objetivo de atender as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, o governo tenta habilitar o profissional da educação antes mesmo de inseri-lo na rede de ensino, capacitando-o desde sua formação, garantindo que ao entrar em uma escola o professor tenha um tanto de experiência pela vivencia obtida nos tempos de graduação.

Não é considerada uma tarefa fácil a inserção de pessoas com deficiência auditiva na rede de ensino regular, porém isso não significa que seja impossível que o aluno surdo conviva/relacione com o aluno dito como “normal” e é por esse motivo que se busca por meio de capacitação de professores, salas de multimídias, alterações e adaptações no sistema educacional, atender em sua maior parte a necessidade do aluno, na tentativa de facilitação de inclusão a sociedade.

Com foco na inclusão da pessoa com deficiência auditiva não só na escola, mas também na sociedade em si, fica determinado o desenvolvimento da educação bilíngue, onde a pessoa surda aprende para além dos sinais e língua manual, a língua matriz decorrente da sua nacionalidade, no caso a língua portuguesa,

fazendo com que possa se relacionar o sinal a palavra escrita facilitando a comunicação de uma forma geral.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia adotada para a elaboração desta pesquisa, expondo a abordagem e instrumentos escolhidos para sua elaboração. Apresentando, também, dados referentes ao grupo específico pesquisado e os procedimentos de análises adotados.

4.1. CONCEITOS BÁSICOS

Com a intenção de encontrar as produções mais recentes de acordo com o tema – deficiência auditiva no ensino regular – foi necessária a realização de uma busca de produções científicas e acadêmicas, realizada na base de dados SCIELO. Para a essa pesquisa, foi preciso à delimitação dos termos descritores: deficiência auditiva e ensino regular (não foi escolhido o termo escola, para que não abrangesse as escolas de caráter especiais), também foi estabelecido um período de produção de tais pesquisas: Do ano de 2000 até 2015, pois foi o período onde houve um crescimento nos debates sobre inclusão no Brasil.

Possuindo como objeto de estudo a prática pedagógica inclusiva em escolas com foco nas pessoas com deficiência auditiva, optou-se por um estudo de natureza qualitativa. Que de acordo com Maanen “[...] tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”.

A abordagem qualitativa tem como característica a tentativa de explicar toda a complexidade do problema levando em consideração que o conhecimento é construído com base nas experiências do dia-a-dia, sem desconsiderar questões quantitativas, mas respondendo questionamentos bem específicos do objeto de estudo.

Compreendendo ainda, que a pesquisa pode ser considerada de natureza qualitativa, por fazer uso de um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” como afirma Minayo (1999).

Tendo como natureza do objeto de estudo, a educação inclusiva, optou-se pela elaboração de uma revisão bibliográfica para cumprir com os objetivos da pesquisa. A revisão bibliográfica segundo Noronha e Ferreira (2000) tem como preocupação central analisar a produção bibliográfica em determinada área

temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Em concordância com a literatura, a elaboração de uma revisão bibliográfica depende da exploração em diversas produções sobre o tema, na intenção de reconhecer manifestos que nos ajudem a compreender a realidade inserida.

Com a intenção de compreender as concepções trazidas pelas literaturas sobre deficiência auditiva, conceito, historicidade, dados relevantes foi tentado relacionar com a educação inclusiva, evidenciar as necessidades do aluno com deficiência auditiva dentro da escola dita como de ensino regular.

Foi realizada uma pesquisa documental, em que é possível usar como fonte diversos tipos de documentos, sendo eles impressos ou digitais.

4.2. DELIMITAÇÃO DO CAMPO

A escolha pelas diretrizes políticas nacionais que fazem alusão à deficiência auditiva, justifica-se pela precisão de compreender as necessidades do aluno surdo segundo as normas públicas e das soluções concedidas pelo governo. Compreendendo o governo como responsável pelas políticas de inclusão, sendo assim, contemplando uma quantia significativa dos estudantes com deficiência inseridos na rede básica de ensino.

Além da experiência pessoal da autora desse trabalho, enquanto professora durante o período de estágio supervisionado obrigatório, em uma instituição voltada exclusivamente para esse determinado público, pessoas com deficiência auditiva, onde ao concluir o ensino fundamental os alunos eram transferidos para escolas regulares no intuito de cursarem o ensino médio, tendo assim, seu primeiro contato com turma fora do modelo especial, fazendo com que se despertasse um interesse pela temática.

4.3. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

Segundo os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), considerando a população residente do país, 23,9% possuem algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 45.606.048 de cidadãos brasileiros, sendo entre eles 5,10% cerca de 2.325.908 possuem algum tipo de deficiência auditiva, dentre elas 1,12% completamente surdas.

Os mesmos dados mostram que a deficiência atinge as pessoas em diferentes faixas etárias, o que significa que há quem já nasça com ela e quem a desenvolvem durante o seu tempo de vida.

De acordo com a Sinopse Estatística de Educação Básica publicada anualmente realizada pela Diretoria de Estatística Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os principais dados coletados no censo escolar, são resumidos em um único documento, com informações educacionais que mostram uma visão geral da educação básica do país.

Segundo o censo escolar realizado no ano de 2017, no Brasil há cerca de 1.425,812 pessoas com deficiência matriculados na escola, sendo delas 896.809 em salas comuns.

4.4. PROCEDIMENTOS COLETA DE INFORMAÇÕES

A pesquisa foi elaborada em duas etapas diferentes, foi utilizada a revisão bibliográfica e a análise documental como instrumento de coleta de informação.

4.4.1. REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Santos e Candeloro (2006) a revisão de literatura é a parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico.

Revisão de literatura é a realização de um levantamento nos documentos acadêmicos, literaturas, onde tem como principal objetivo o foco sobre os principais conceitos e uma visão geral sobre a temática escolhida. Tendo uma característica exploratória no estudo de uma problemática ou temática em geral.

Na elaboração desse documento, fez-se uso da revisão bibliográfica para a identificação e embasamento da temática sobre inclusão escolar e deficiência auditiva. Pesquisa essa feita por meio de literaturas acadêmicas, material consultado para colaborar com a reconstrução histórica no processo da educação inclusiva e das pessoas com deficiência auditiva.

4.4.2. ANÁLISE DOCUMENTAL

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 2011, p. 47)

A análise documental é considerado um instrumento essencial para a elaboração de uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizada para complementar os dados já adquiridos. É o uso de matérias não tratado analiticamente. Documentos estes considerados registros escritos que contem informação que facilitam o entendimento dos fatos, permitindo conhecer uma determinada situação vivenciada em um terminado período histórico.

Nesse trabalho, fez-se uso da análise documental para a identificação do embasamento das atuais políticas públicas de inclusão escolar para pessoas com deficiência no Brasil, a partir dos documentos nacionais. Material consultado para colaborar com a reconstrução histórica no processo da educação inclusiva às pessoas com deficiência, focalizando no trato das políticas educacionais inclusivas implementadas direcionadas/que apresentava alguma relação com a deficiência auditiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolarização do colegial surdo vem se concretizando por meio dos ganhos da comunidade surda. Embora tenha havido avanços nas abordagens educacionais, ainda é necessário reconsiderar a educação desse grupo de estudantes enquanto indivíduos com características particulares linguísticas. No Brasil, sugere-se uma atmosfera de educação múltipla, denominada de bilíngue em que se opta a LIBRAS como língua principal, e a língua portuguesa escrita como segunda durante processo educacional.

Iniciada desde o ensino infantil permite desenvolver o conhecimento e proporcionar experiência de mundo a pessoa surda. Porém para que isso aconteça são necessárias diversas práticas, focando na formação do professor, necessidade do aluno surdo, gestão pública, gestão escolar, além de questões estruturais da instituição.

O planejamento adotado para ser desenvolvido com a pessoa com deficiência é o mesmo desenvolvido para os alunos ouvintes, levando em consideração as necessidades específicas a serem atendidas linguística e culturalmente desse grupo. Fazendo com que se use a LIBRAS para instruir o aluno, assim como seria feito oralmente na língua portuguesa, readaptando apenas a metodologia e a didática, com as adaptações necessárias para atender os objetivos gerais do planejamento escolar levando em consideração a capacidade do aluno, para que por meio da língua dos sinais que é o instrumento linguístico e comunicativo desse determinado grupo.

As condições de adaptação encontradas nas escolas para atender a necessidade do aluno surdo desde o ensino infantil segundo as políticas públicas, são:

- Ofertar o ensino de LIBRAS paralelamente à Língua Portuguesa.
- Professores com o conhecimento da língua de sinais.
- Intérpretes da LIBRAS à língua portuguesa (vice e versa).
- Garantia de atendimento às necessidades educacionais específicas do aluno surdo.

- Capacitação do uso e comunicação por meio da LIBRAS de todo o quadro de funcionários das instituições de ensino, caso necessário com disponibilidade de curso para os mesmos.
- A readaptação, se necessário, da forma avaliativa, coesa com a capacidade de aprendizagem do surdo com relação à língua portuguesa, respeitando a forma particular de interpretação desse grupo determinado.
- Adotar alternativas para a avaliação adquirida sobre a LIBRAS de forma que se obtenha um registro visual para arquivar.
- Acesso a recursos didáticos que contribuam para o desenvolvimento do aluno surdo.

Por compreender que a deficiência não está na pessoa surda, mas sim naqueles que tem a capacidade de se adequar aos espaços, contribuir com o melhor atendimento para com as pessoas que necessita de algum atendimento específico e ainda assim não faz.

É necessário que aconteçam melhorias na formação do professor, na gestão pública, gestão escolar e nas questões estruturais. Preferencialmente, essas medidas devem ser adotadas independentes do nível da educação e da rede de ensino, pois a comunidade surda tem o direito de aprender e desenvolver seu conhecimento, assegurando-se o atendimento especializado do aluno com deficiente auditivo.

A educação bilíngue deve ser desenvolvido em uma dimensão onde haja o dialogo entre a escrita e forma de comunicação adotada pela pessoa surda, funcional.

REFERÊNCIAS:

AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?** In: FAVERO, O; FERREIRA, W. (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

ALMEIDA, E.C **Deficiência auditiva: como evitar e cuidar.** São Paulo: Atheneu, 2001

Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988. (05/10/1988) Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao

BRASIL, **Decreto Nº 5.626**, DE 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS, e o art. 18 da lei nº 10.098 de 10 de dezembro de 2000.

BRASIL, **Decreto Nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007.

CARVALHO, Ananda Dos Santos. **Praticas docentes frente a educação auditiva:** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017.

CRUZ, José Ildon Gonçalves da e DIAS, Tércia Regina da Silveira. **Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2009, vol.15, n.1, pp.65-80.

Eyng DB. **A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes** [dissertação]. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná; 2012.

GUARINELLO, Ana Cristina. **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná.** Revista brasileira de educação. Especial. [online] 2006, vol.12, n.3 pp.317-330. ISSN 1413-6538.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. CEDES [online]. 2006, vol.26, n.69, pp.163-184. ISSN 0101-3262.

Lacerda, C. **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo.** Rev. bras. educ. espec. vol. 13, nº 2 – Marília. Mai/Ago. 2007

Nascimento, Lilian Cristine Ribeiro: **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier.** In: ETD - Educação Temática Digital 7 (2006), 2, pp. 255-265. Disponível em: <nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168- ssoar-101756>

MAANEN, Jonh, Van. **Reclaiming Qualitative methods for organizational research : a preface, in administrative Science Quarterly,** Vol.24, no . 4, December 1979.

MALLMANN, Fagner Michel; CONTO, Juliana de; BAGAROLLO, Maria Fernanda e FRANCA, Denise Maria Vaz Romano. **A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2014, vol.20, n.1, pp.131-146

MENDES, E G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rev. Bras. Educ. vol.11 nº 33 Rio de Janeiro - 2006

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 6.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, A. A. S. **Educação inclusiva concepções teóricas e relato de experiência.** In: MARQUEZINE, M. C., ALMEIDA, M. A. e TANAKA, E. D. O. (Orgs.). **Inclusão.** Londrina: EDUEL, 2003.

OMOTE, S. **Diversidade, educação e sociedade inclusiva.** In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M. (Org.). **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial.** São Paulo: Cultura Academia, UNESP/Marília. Fundepe Publicações, 2004.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas.** Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006. 149 p.

STROBEL, K. **Historia da educação de surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2009.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Conferência Nacional sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os Estudos Surdos.** 2004. Disponível em: www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique; SILVA, Renata Carolina da. **Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes.** Psicologia em Estudo, v. 19, n. 2, p. 261-271, 2014.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **A imagem que professoras de escola regular têm em relação à aprendizagem do aluno surdo.** Estud. psicol. (Campinas) [online]. 2003, vol.20, n.2

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor.** Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2003, vol.19, n.2, pp.173-176.